

**Ensino profissional e tecnológico na pandemia COVID-19: contexto político e educacional**

**Professional and technological education in the pandemic COVID-19: political and educational context**

**Educación profesional y tecnológica en la pandemia COVID-19: contexto político y educativo**

Recebido: 01/12/2020 | Revisado: 09/12/2020 | Aceito: 15/12/2020 | Publicado: 16/12/2020

**José Antonio Dias Garcia**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4024-3045>

Universidade José do Rosário Vellano, Brasil

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [jadiasgarcia@gmail.com](mailto:jadiasgarcia@gmail.com)

**Maria das Graça de Souza Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8726-6327>

Universidade José do Rosário Vellano, Brasil

E-mail: [mariah\\_roots@hotmail.com](mailto:mariah_roots@hotmail.com)

**Samuel José Fernandes de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9725-1284>

Universidade José do Rosário Vellano, Brasil

E-mail: [samuelfvet@hotmail.com](mailto:samuelfvet@hotmail.com)

**Laís Roncato de Carvalho Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8387-5536>

Universidade José do Rosário Vellano, Brasil

E-mail: [laisroncato@gmail.com](mailto:laisroncato@gmail.com)

**Aline Guerrera Santos Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1124-0726>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [aline.guerrera13@gmail.com](mailto:aline.guerrera13@gmail.com)

**Felipe Santana Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5669-2523>

Universidade José do Rosário Vellano, Brasil

E-mail: [felipesantana8@hotmail.com](mailto:felipesantana8@hotmail.com)

**Flávia Helena Pereira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9331-7020>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [flavia.pereira@ifsuldeminas.edu.br](mailto:flavia.pereira@ifsuldeminas.edu.br)

**Fernanda Mateus Queiroz Schmidt**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2454-6548>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [fernanda.schmidt@ifsuldeminas.edu.br](mailto:fernanda.schmidt@ifsuldeminas.edu.br)

**Kárita Santos da Mota**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8862-4891>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [karita.mota@ifsuldeminas.edu.br](mailto:karita.mota@ifsuldeminas.edu.br)

**Dérica Karoly Evarista Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9594-595X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [derica.almeida@ifsuldeminas.edu.br](mailto:derica.almeida@ifsuldeminas.edu.br)

**Cloves Gomes de Carvalho Filho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-001-7026-4253>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [cloves.filho@ifsuldeminas.edu.br](mailto:cloves.filho@ifsuldeminas.edu.br)

**Resumo**

Durante o enfrentamento da pandemia pela COVID-19, foi necessário adotar medidas alternativas no contexto político-educacional de modo a manter o ano letivo. O objetivo do estudo foi apresentar as medidas deliberadas pelo setor político na área educacional durante a pandemia e refletir o impacto social dessas medidas no ensino profissional e tecnológico. Nessa revisão qualitativa os artigos, publicados em 2020, foram selecionados nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Após revisar as medidas deliberadas pelo setor político-educacional, notou-se que essas foram baseadas em um modelo geral, sem considerar as dificuldades de acesso e a qualidade de ensino a ser ofertado. As instituições de ensino público sinalizaram que uma parcela dos estudantes não possui acesso à internet, o que impacta diretamente no acesso ao ensino de qualidade, aumentando os índices de evasão escolar. Nota-se que as instituições de ensino federal desenvolveram mecanismos internos para incluir os estudantes sem acesso à internet. Contudo, a falta de acesso aos computadores

e à internet por estudantes da rede pública é um problema existente desde antes da pandemia. A relação política e social no contexto educacional é complexa. Esforços vêm sendo realizados pela comunidade escolar no sentido de democratizar o ensino para todos os estudantes durante o período de pandemia. Sugerimos que para melhor aplicabilidade do ensino remoto durante a pandemia, deverão ser realizados mais investimentos por parte dos órgãos governamentais no sentido de possibilitar acesso a todos os estudantes da EPT e diminuir os índices de evasão escolar e a desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Coronavírus; Distanciamento social; Ministério da educação; Ensino remoto; Desigualdade.

### **Abstract**

During COVID-19's confrontation of the pandemic, it was necessary to adopt alternative measures in the political-educational context in order to maintain the school year. The objective of the study was to present the measures deliberated by the political sector in the educational area during the pandemic and to reflect the social impact of these measures in professional and technological education. In this qualitative review, the articles, published in 2020, were selected from the Scielo and Google Scholar databases. After reviewing the measures deliberated by the political-educational sector, it was noted that these were based on a general model, without considering the difficulties of access and the quality of education to be offered. Public education institutions signaled that a portion of students do not have access to the internet, which directly impacts access to quality education and increasing dropout rates. It is noted that the federal educational institutions have developed internal mechanisms to include students without access to the internet. However, the lack of access to computers and the internet by public school students has been a problem since before the pandemic. The political and social relationship in the educational context is complex. Efforts are being made by the school community to democratize education for all students during the pandemic period. We suggest that for better applicability of remote education during the pandemic, more investments should be made by government agencies in order to provide access to all EPT students and reduce dropout rates and social inequalities.

**Keywords:** Coronavirus; Social distancing; Ministry of education; Remote teaching; Inequality.

## Resumen

Durante el enfrentamiento de COVID-19 a la pandemia, fue necesario adoptar medidas alternativas en el contexto político-educativo para mantener el año escolar. El objetivo del estudio fue presentar las medidas deliberadas por el sector político en el área educativa durante la pandemia y reflejar el impacto social de estas medidas en la educación profesional y tecnológica. En esta revisión cualitativa, los artículos, publicados en 2020, fueron seleccionados de las bases de datos Scielo y Google Scholar. Luego de revisar las medidas deliberadas por el sector político-educativo, se observó que estas se basaron en un modelo general, sin considerar las dificultades de acceso y la calidad de la educación a ofrecer. Las instituciones de educación pública señalaron que una parte de los estudiantes no tiene acceso a Internet, lo que afecta directamente el acceso a una educación de calidad y aumenta las tasas de deserción. Se observa que las instituciones educativas federales han desarrollado mecanismos internos para incluir a estudiantes sin acceso a internet. Sin embargo, la falta de acceso a computadoras e Internet por parte de los estudiantes de escuelas públicas ha sido un problema desde antes de la pandemia. La relación política y social en el contexto educativo es compleja. La comunidad escolar está haciendo esfuerzos para democratizar la educación de todos los estudiantes durante el período de la pandemia. Sugerimos que para una mejor aplicabilidad de la educación a distancia durante la pandemia, las agencias gubernamentales deben realizar más inversiones para brindar acceso a todos los estudiantes del EPT y reducir las tasas de deserción y las desigualdades sociales.

**Palabras clave:** Coronavirus; Distanciamiento social; Ministério de Educação; Enseñanza remota; Desigualdad.

## 1. Introdução

As doenças virais infectam a população mundial diversas vezes durante a vida, e devido ao alto potencial de disseminação são consideradas um grave problema de saúde pública (Santos et al., 2020). Recentemente, no ano de 2019, a descoberta de uma cepa viral na China conhecida como SARS-COV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2) causando a doença COVID-19 (Doença do Coronavírus 2019), apresentou-se com uma alta taxa de transmissão e percentual de letalidade significativo, resultando em uma pandemia (OMS, 2020).

Durante a difusão internacional do SARS-COV-2, os países afetados se viram frente a um novo contexto social, político, econômico e de saúde pública, no qual a tomada de

decisões urgentes foi necessária na implementação de medidas para evitar a disseminação do vírus. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), algumas medidas são essenciais para conter o avanço em massa do vírus, dentre elas, o isolamento social, uso de máscaras e higienização constante das mãos, alimentos e produtos individuais (OMS, 2020; Pasini, Carvalho & Almeida, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em fevereiro de 2020, e colocou as autoridades em estado de alerta, as quais, conseqüentemente e gradativamente estabeleceram regras para o distanciamento social (Alves T. et al., 2020). Diante disso, o setor educacional brasileiro cessou as atividades presenciais temporariamente, sendo necessário adotar medidas alternativas de ensino remoto, haja vista a necessidade de manter o ano letivo (Cordeiro, 2020). Contudo, essas medidas alternativas de ensino geraram, e ainda geram, uma grande preocupação nos profissionais da área educacional em relação ao acesso e qualidade do ensino, principalmente no ensino profissional e tecnológico (EPT).

O impacto deste contexto pandêmico para o setor educacional em seus mais diversos níveis é gigantesco e não necessariamente homogêneo ou justo. Informações recentes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontam que a pandemia de COVID-19 já comprometeu a rotina de estudos de mais de um milhão e meio de estudantes em cerca de duzentos países. Esse número representa a substancial margem de noventa e um por cento da totalidade de alunos no mundo.

Nesse sentido, não somente adaptações ao mundo digital por parte dos profissionais de educação foram necessárias, mas também o contexto político-educacional teve que ser reinventado durante o enfrentamento da pandemia pela COVID-19. Assim, de modo exploratório e descritivo o objetivo deste artigo é apresentar as medidas deliberadas pelo setor político na área educacional durante a pandemia pela COVID-19, bem como, refletir sobre o impacto social dessas medidas no ensino profissional e tecnológico.

## **2. Metodologia**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em uma revisão exploratória, conforme metodologia proposta por Gil (2008).

A estratégia de busca deste artigo pretendeu responder à seguinte questão norteadora: Qual o impacto da pandemia pela COVID-19 no ensino profissional e tecnológico?

Os artigos para compor este trabalho foram selecionados nas bases de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*, publicados no ano de 2020, utilizando as palavras-chave: educação, pandemia, normativas, ensino remoto, ensino profissional e tecnológico.

A busca foi realizada, em primeiro momento, de forma rápida e objetiva, com leitura dos títulos dos artigos e excluindo os artigos duplicados disponíveis em mais de uma base de dados. Em seguida, foi realizada a leitura dos artigos previamente selecionados, os quais incluíram todos os trabalhos que tratassem diretamente as medidas políticas educacionais durante o período de pandemia no Brasil, bem como, os que apresentavam relação entre o cenário político educacional e seus impactos sociais. Na sequência, fez-se a ordenação das informações coletadas e realizou-se uma leitura crítica do referencial teórico.

### **3. Desenvolvimento**

Neste tópico iremos apresentar o cenário político no contexto educacional durante a pandemia pela COVID-19 e quais foram as medidas deliberadas para a continuação do ano letivo, bem como seus impactos sociais. Sabe-se que a adoção do ensino remoto adotado pelas instituições de ensino público não atende a totalidade dos seus alunos, o que implica na falta de acesso ao ensino de qualidade de forma democrática e igualitária e conseqüentemente na evasão escolar. Desta forma, faz-se necessário uma discussão acerca do tema de maneira que as instituições e órgãos governamentais ampliem suas visões e ações ao novo modelo de ensino remoto.

#### **3.1 Cenário político-educacional no Brasil durante a pandemia pela COVID-19**

No Brasil, as atividades pedagógicas foram suspensas temporariamente na segunda quinzena de março, um mês após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no país. Neste contexto, foi necessária a elaboração de novas diretrizes e medidas para o enfrentamento da pandemia. Em primeiro momento, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabeleceu medidas que puderam ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da nova cepa viral SARS-COV-2, responsável pela pandemia de 2019 e 2020, sendo uma dessas medidas o isolamento social (Alves T. et al., 2020; Brasil, 2020a).

Diante deste novo cenário social, o Ministério da Educação (MEC), através da solicitação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES),

juntamente com as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e recomendações da OMS, publicou a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, em que flexibilizava a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios de comunicação digital, inicialmente por 30 dias podendo ser prorrogável, o que vem acontecendo desde a publicação desta portaria e atualizada através da portaria nº 473, de 12 de maio de 2020 (Alves J. et al., 2020; Brasil, 2020b; Brasil, 2020c).

Essas medidas, por sua vez, se fizeram e se fazem necessárias no sentido de garantir o direito de continuidade do processo de aprendizagem durante o enfrentamento da pandemia. Além disso, estabeleceu-se pela Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, a dispensa da obrigatoriedade do cumprimento no mínimo de dias letivos do trabalho escolar de nível básico e superior, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida (Brasil, 2020d).

Dessa forma, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs que as organizações educacionais elaborassem planos de ensino utilizando modalidades alternativas (Cordeiro, 2020). Assim, as instituições de ensino de todo o país recorreram conforme a peculiaridade de cada instituição ao ensino remoto, que se caracteriza pela utilização de plataformas como ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e meios de comunicação digital comumente utilizados na modalidade de Educação a Distância (EAD).

Esse novo modelo de ensino vem gerando grande discussão entre os profissionais de educação em relação ao acesso e qualidade, não somente no contexto de acesso às disciplinas, mas também dos impactos que essa modalidade pode gerar a longo prazo para os estudantes, principalmente na EPT, visto que, a portaria nº 345, de 19 de março de 2020, que autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, veda a aplicação dessa substituição às práticas profissionais de estágios e de laboratório (Brasil, 2020e).

Em 16 de junho de 2020, o Ministério da Educação, por meio da portaria nº 544/2020, revoga as portarias MEC nº 343/2020, nº 345/2020 e nº 473/2020, e estende a suspensão das atividades educacionais modelo presencial para 31 de dezembro de 2020. Além disso, essa portaria garante autonomia das instituições de ensino na execução das práticas profissionais de estágios, desde que elaborado planos de trabalhos específicos e que estejam de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo CNE (Brasil, 2020f).

De fato, essas portarias emitidas pelo MEC minimizam os impactos na educação gerada pela pandemia de COVID-19. Nota-se ainda, que no processo de elaboração das

normativas educacionais, os desafios são imensos e envolvem questões estruturais e econômicas da sociedade. Entretanto, diante da urgência na elaboração de políticas-educacionais durante a pandemia, essas normativas foram deliberadas baseadas em um modelo geral, sem considerar as dificuldades de acesso e a qualidade de ensino a ser ofertado, tornando-as questionáveis pelos profissionais da área.

### **3.2 Medidas políticas-educacionais na pandemia e seu impacto social na EPT**

Devido à rapidez para a implementação do ensino remoto emergencial, as Instituições de Ensino Superior (IES), adotaram recursos on-line e metodologias pedagógicas sem considerar aspectos importantes na realidade para o ensino-aprendizagem. O acesso à educação gratuita e de qualidade é considerado um direito do brasileiro, assegurado pela constituição. Esse direito visa garantir a dignidade do ser humano, bem como o preparo para o exercício da cidadania e do trabalho. Ressalta-se, que o acesso à educação objetiva ainda a preservação da vida e diminuição das desigualdades sociais, contribuindo para uma sociedade brasileira menos desigual (Brasil, 1988).

No que tange à educação profissional e tecnológica, não podemos perder de vista o forte compromisso institucionalmente firmado entre essa perspectiva de ensino e a redução das mencionadas desigualdades sociais. Em um contexto de pandemia onde todos são afetados de maneira incisiva, é possível afirmar que, mais do que nunca, esse compromisso deve ser priorizado por meio de ações concretas.

Diante da pandemia ocasionada pela COVID-19, as instituições de ensino, por meio de recomendações da OMS e portarias emitidas pelo MEC, recorreram ao ensino remoto, fazendo o uso de tecnologias digitais, que se baseiam em aulas transmitidas de modo síncrono ou assíncrono e envolvem escolha da plataforma a ser utilizada para transmitir aulas (Skype, Zoom, YouTube, Hangout, Meet etc.). Contudo, essa modalidade de ensino evidencia ainda mais as fragilidades sociais e econômicas de inúmeros estudantes brasileiros, em destaque os da rede pública de educação (Alves J. et al., 2020; Castaman & Szatkoski, 2020). Neste contexto, é possível observar que a utilização do ensino remoto minimiza os impactos gerados pela pandemia na educação. Entretanto, desassociar-se do seu papel constitucional de combate às desigualdades sociais.

É importante afirmar que os desafios de implementar políticas educacionais são imensos devido a sua complexidade, e considerando uma situação de isolamento social, tornam-se ainda mais complexos. É notório que as portarias emitidas pelo MEC não foram



baseadas em estudos que contemplassem as fragilidades do ensino remoto no contexto social brasileiro, em função da urgência exigida pelo momento. Desta forma, o ensino remoto vem gerando preocupações em relação ao acesso, qualidade e efetividade no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, em especial na EPT.

O processo de ensino-aprendizagem na modalidade remota exigiu adaptações urgentes por parte dos docentes, que tiveram que se reinventar em busca de novas metodologias digitais efetivas no ensino, e por parte dos discentes, que também tiveram que buscar novos mecanismos de estudos (Cordeiro, 2020). Contudo, considerando a desigualdade social e econômica dos brasileiros, as instituições federais que adotaram o ensino remoto sinalizaram que uma considerável parcela de estudantes não possui acesso à internet (Faria, 2020).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2020), cerca de 5,8 milhões de estudantes de instituições públicas não possuem meios de acesso às tecnologias digitais, ou até mesmo acesso à internet, o que é um agravante para o ensino remoto. Além disso, um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), demonstrou que aproximadamente 10% das famílias brasileiras não possuem acesso à internet, e mais de 13% não têm acesso a computadores.

Os recursos digitais podem representar risco para a prática educacional, haja vista a exclusão de muitos estudantes que não tenham acesso à internet, computador e/ou compatíveis para essa modalidade de ensino (OCDE, 2020). Embora ainda não seja possível evidenciar os efeitos do ensino remoto, Gusso et al. (2020), afirma que consequências podem ser notadas ao final do primeiro semestre, podendo ser, regressão no rendimento acadêmico dos estudantes, queda no êxito escolar, aumento da evasão do Ensino Superior e sobrecarga dos docentes devido aos desafios em lidar com a tecnologia até então poucos explorados.

Considerando esses fatores, é possível afirmar que o ensino remoto durante a pandemia não garante uma educação de qualidade aos estudantes que não possuem acesso à internet e ainda contribui para o aumento da evasão escolar, fator de extrema preocupação entre as instituições de ensino, que demandam planejamento de ações de curtíssimo prazo para a normalização desses índices (Senhoras, 2020).

Outros fatores norteiam o questionamento na qualidade do ensino remoto na EPT durante a pandemia, como o acesso às práticas profissionais e técnicas que esse modelo de ensino oferece, bem como a preparação dos docentes frente às tecnologias digitais. De fato, sabemos que o isolamento social é eficiente no combate à disseminação em massa do vírus e neste momento se faz necessário (OMS, 2020). Entretanto, considerando que os estudantes da EPT de diversas áreas não terão acesso de qualidade ao ensino e as práticas essenciais para

sua formação, é de extrema importância a reorganização no planejamento escolar e adaptações das metodologias para o ensino remoto, de modo a alcançar os objetivos que norteiam o projeto político pedagógico (PPP) dos cursos profissionais e tecnológicos.

O alcance de alguns objetivos do PPP pode ser realizado através do ensino remoto, contudo, deve-se levar em consideração as peculiaridades regionais onde a instituição está inserida, o perfil do egresso, bem como a plataforma digital utilizada pela instituição e a metodologia aplicada pelos docentes. Já é possível encontrar na literatura relatos do uso de diferentes metodologias que reforçam o processo de ensino entre os estudantes, como eventos integradores, sala de aula invertida e aprendizagem baseadas em problemas (Jesus et al., 2020; Ugalde, 2020). Dessa forma, a aplicação dessas metodologias contribui na motivação do aluno perante sua formação, autodidatismo e organização, além disso, a utilização da metodologia adequada no ensino remoto amplia a visão dos estudantes sobre a internet e suas ferramentas na educação (Ugalde, 2020).

Nesse sentido, é notório que a pandemia pela COVID-19 modificou o cenário da educação profissional e tecnológica no Brasil, e obrigou os docentes a buscarem estratégias didáticas para minimizar o impacto no ensino-aprendizagem causadas pela pandemia, na qual muitos docentes não estavam preparados para o modelo de ensino, mas sobretudo, se reinventaram e buscaram formação complementar de modo a cumprirem com suas obrigações (Nunes, Paniago & Sarmiento, 2020).

Desse modo, os cenários social, político e educacional demandam novos saberes para que os impactos na educação sejam minimizados. Além disso, é necessário que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem trabalhem em conjunto, visto que nesse modelo de ensino a multidisciplinaridade é evidente e facilmente aplicada devido a disponibilidade de recursos existentes que envolvem mais de uma disciplina. Ressalta-se que o docente precisa estar ainda mais atento em relação à aprendizagem dos estudantes e adequação dos mesmos nas plataformas e metodologias utilizadas, de modo a tornar o acesso ao ensino igualitário e minimizador das desigualdades sociais durante o período de pandemia.

#### **4. Considerações Finais**

Devido à urgência na implementação do ensino remoto emergencial, os órgãos governamentais deliberaram medidas emergenciais para garantir a continuidade do ano letivo durante a pandemia pela COVID-19. Essas medidas incentivaram as Instituições de Ensino Superior (IES) a adotarem recursos on-line e metodologias pedagógicas para esse novo

modelo de ensino. Contudo, as instituições políticas e de ensino não consideraram aspectos importantes na realidade para o ensino-aprendizagem, sendo a principal a significativa desigualdade social no Brasil, a qual se agravou durante a pandemia.

As instituições de ensino público sinalizaram que uma parcela dos estudantes não possui acesso à internet, o que impacta diretamente no acesso ao ensino de qualidade e conseqüentemente aumenta os índices de evasão escolar. Nota-se que as instituições de ensino federal desenvolveram mecanismos internos para incluir os estudantes sem acesso à internet. Contudo, a falta de acesso a computadores e à internet por estudantes da rede pública brasileira é um problema existente desde antes da pandemia, conforme dados do IBGE em 2018. Apesar desses indicativos divulgados anos antes da pandemia, nenhuma política pública foi desenvolvida para sanar o problema, o que nesse momento se torna extremamente importante para garantir acesso a todos os estudantes e diminuir os índices de evasão escolar, bem como para o desenvolvimento do país.

Sabe-se que, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação profissional e tecnológica tem a função de, dentre outras, disseminar ações, atitudes e iniciativas direcionadas para a maximização dos conhecimentos produzidos em seu interior para a comunidade em geral. Isso é responsabilidade social e compromisso com a expansão da cultura do saber. Em um contexto pandêmico em que as assimetrias e desigualdades sociais mostram sua face com ainda mais vivacidade, é importante sensibilidade, humanização e esforço contínuo por parte dos gestores educacionais em prol da redução dos impactos gerados.

Esforços vêm sendo realizados pela comunidade escolar no sentido de amenizar o ensino para todos os estudantes, adotando-se novas metodologias educacionais para esse novo contexto sem comprometer a qualidade. Para melhor aplicabilidade do ensino remoto durante a pandemia, sugere-se mais investimentos na rede de educação federal, no sentido de possibilitar acesso a todos os estudantes da EPT e diminuir os índices de evasão escolar. Além disso, pesquisas que demonstrem novas metodologias no ensino remoto devem ser incentivadas no setor educacional, contribuindo para que outros docentes tenham acesso e possam torná-las replicáveis e adaptáveis em cada área da EPT.

## Referências

Alves, J. N., Faria, B. L., Lemos, P. G. A., Costa, C. M., Silva, C. S., & Oliveira, R. M. S. R. (2020). Ciências na pandemia: uma proposta pedagógica que envolve interdisciplinaridade e contextualização. *Revista Thema*, 18, 184-203. <https://doi.org/10.15536/thema.v18.especial.2020.184-203.1850>.

Alves, T., Farenzena, N., Silveira, A. A. D., & Pinto, J. M. R. (2020). Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 979-993. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200279>.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Acesso em 01 de novembro, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Brasil. Ministério da Saúde (2020a). Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>.

Brasil. Ministério da Educação (2020b). Portaria MEC nº 343, de 1 de abril de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.

Brasil. Ministério da Educação (2020c). Portaria MEC nº 345, de 19 de março de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020>.

Brasil. Ministério da Educação (2020d). Medida Provisória nº 934, de 17 de março de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>.

Brasil. Ministério da Educação (2020e). Portaria MEC nº 473, de 12 de maio de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020->

256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPo  
rtaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020.

Brasil. Ministério da Educação (2020f). Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020.  
Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>.

Castaman, A. S., & Szathoski, E. (2020) Distance education in the context of professional and technological education: considerations in pandemic times. *Research, Society and Development*, 9(7), 1-27.

Cordeiro, K. M. A. (2020) O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. Recuperado de: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>.

Faria, L. G. (2020) Covid-19, ensino remoto emergencial e a democratização do acesso à educação no Brasil. *UniCEUB*, 2(2), 1-3. Recuperado de: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14320>.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Gusso, H. L., Archer, A. B., Luiz, F. B., Sahão, F.T., Luca, G. G., Henklain, M. H. O., Panosso, M. G., Kienen, N., Beltramello, O., & Gonçalves, V. M. (2020). Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade*, 41, e238957.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal PNAD contínua 2018. Recuperado de: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Acesso\\_Internet\\_Televisao\\_e\\_Posse\\_Telefone\\_Movel\\_2018/Analise\\_dos\\_resultados\\_TIC\\_2018.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. 88, 1-24. Recuperado de:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36561&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36561&Itemid=9).

Jesus, WLC. (2020) Integrated Student Health Week: a humanizing experience in the context of remote education. *Research, Society and Development*, 9(10),1-15. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9138>.

Nunes, P. G., Paniago, R., Sarmiento, T. (2020). A docência nos Institutos Federais em tempos pandêmicos: provocações teóricas. *Itinerarius Reflectionis*, 16(1), 1-20. <https://doi.org/10.5216/rir.v16i1.65342>.

OCDE- Organisation de Cooperation et de Développement Économiques. (2020). A framework to guide an education response to the COVID-19 pandemic of 2020. Recuperado de: [https://www.hm.ee/sites/default/files/framework\\_guide\\_v1\\_002\\_harward.pdf](https://www.hm.ee/sites/default/files/framework_guide_v1_002_harward.pdf).

OMS – Organização Mundial da Saúde. (2020). Coronavirus disease (COVID-19) outbreak: rights roles and responsibilities of health workers, including key considerations for occupational safety and health. Recuperado de: [https://www.who.int/publications/i/item/coronavirus-disease-\(covid-19\)-outbreak-rights-roles-and-responsibilities-of-health-workers-including-key-considerations-for-occupational-safety-and-health](https://www.who.int/publications/i/item/coronavirus-disease-(covid-19)-outbreak-rights-roles-and-responsibilities-of-health-workers-including-key-considerations-for-occupational-safety-and-health).

Pasini, C. G. D., Carvalho, E., Almeida, L. H. C. (2020). Educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. *Observatório Socioeconômico da COVID-19*, 1-6.

Pizzani, L. (201). A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 10(1), 53-66.

Santos, A. K. C., Araújo, T. A., Oliveira, F. S. (2020). Farmacoterapia e cuidados farmacêuticos da gripe e resfriado, *Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management*, 16(2), 137-155.

Senhoras, E. M. (2020). Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. *Boletim da Conjuntura*, 2(5), 128-136.

Ugalde, N. A. P. (2020). O Ensino de Conteúdos Jurídicos na Educação Profissional e Tecnológica: Sequências Didáticas e Metodologias Ativas na Construção de Ambientes Colaborativos e Motivacionais para Aprendizagem Significativa. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Acre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Campus Rio Branco.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2020). A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Recuperado de: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

- José Antonio Dias Garcia – 10%
- Maria das Graça de Souza Carvalho – 9%
- Samuel José Fernandes de Lima – 9%
- Laís Roncato de Carvalho Alves – 9%
- Aline Guerrera Santos Silva – 9%
- Felipe Santana Oliveira – 9%
- Flávia Helena Pereira – 9%
- Fernanda Mateus Queiroz Schmidt – 9%
- Káríta Santos da Mota – 9%
- Dérica Karoly Evarista Almeida – 9%
- Cloves Gomes de Carvalho Filho – 9%